

Nas franjas do Coronelismo: histórias de insubordinação de trabalhadores no sul da Bahia (1915-1930)

Philippe Murillo Santana de Carvalho *

RESUMO: O objetivo principal do trabalho é investigar experiências de conflitos entre trabalhadores e patrões coronéis no sul da Bahia nas décadas de 1915 e 1930. Nesse período, os coronéis do cacau ocupavam os principais cargos do poder público e detinham parte considerável das propriedades de cacau que movimentavam a economia local. No entanto, apesar da expressão política e econômica dos coronéis locais, a ação de grupos de trabalhadores parecia colocar em questão o controle exercido pelas elites. Os roubos de cacau, as ameaças de invasão às fazendas e a insubordinação de trabalhadores às ordens dos coronéis são indícios de que havia uma agência "dos de baixo" nas franjas das imposições dos coronéis. Utilizando-se de periódicos locais e de processos criminais da comarca de Itabuna como fonte de pesquisa, pretendemos discutir as relações de força entre trabalhadores e patrões no sul da Bahia entre 1915 e 1930.

Itabuna, nove de junho de 1927, estação de trem da estrada de ferro Ilhéus-Conquista. Por volta das cinco para as seis horas da tarde deste dia passavam pela Rua Osvaldo Cruz os carroceiros José Rufino de Souza, Antonio Nery de Oliveira e José Máximo de Oliveira, onde pararam no quiosque de José Alves para fazer umas compras. No mesmo momento, chegavam também ao estabelecimento Sizenando Jesuíno dos Santos e Antonio Basílio Magno de Oliveira. Depois de terem finalizado suas compras, os três carroceiros seguiram com destino a casa de José Rufino, situada no lugar Salto do Bode. Minutos depois, Sizenando e Antonio deixaram o recinto e seguiram os passos dos três companheiros. Foi nas proximidades da estação de trem que José Máximo e Sizenando Jesuíno se encontraram, quando este último perguntou se havia sido com o primeiro que tinha tido uma “arrelia”. Tendo obtido uma resposta negativa, Sizenando afastou-se um pouco, alvejando àquele com três tiros mortais.¹

Inicialmente, o delegado procurou conhecer quais os procedimentos dos envolvidos no crime e os motivos que teriam levado o denunciado a assassinar sua vítima. Pelo depoimento da testemunha José Rufino de Souza (que acompanhava a vítima no dia do incidente) ficamos sabendo que José Máximo era procedente da região de Jaguaquara, de onde veio para Itabuna por volta do ano de 1919. Disse também que acerca de dois meses moravam juntos e que não conhecia nada que desabonasse seu falecido companheiro. Antônio Nery (que também acompanhava a vítima) afirmou que, apesar de conhecer o ofendido há pouco tempo, seu comportamento era bom. Já a testemunha José Alves Franco, ao ser perguntado sobre o

* Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia Baiano. philipe@eafsi.gov.br.

¹ CEDOC/UESC. Processo-crime contra Sizenando Jesuíno dos Santos. Portaria de inquérito do processo-crime instaurado pelo Ministério Público. Itabuna, 5 de agosto de 1927. p.2

comportamento da vítima, informou “ser ele do tipo desordeiro.” Disse mais, que ao se defrontar com Sizenando Jesuíno em seu quiosque, este teria dito que se ajustaria com seu futuro algoz.²

As testemunhas também não parecem entrar em consenso sobre o procedimento do denunciado. Por exemplo, José Galdino Filho disse em testemunho que conhecia Sizenando Jesuíno “a cerca de 22 anos e pode afirmar ser ele um bom pai de família e muito respeitado, tendo boa conducta.” No entanto, José Alves Franco considerava em seu depoimento que o acusado tem “bom procedimento, pois sabe apenas que ele há tempos deu um tiro em Bento Menezes, na estação da estrada de ferro, na ocasião em que diversas famílias ali aguardavam a chegada do trem.”³ Além das informações oferecidas pelas testemunhas sobre o procedimento de Sizenando Jesuíno dos Santos, a memória local também traz informações sobre o acusado. Membro do grupo político de Gileno Amado, o denunciado fazia parte de um dos grupos de comerciantes de cacau de maior prestígio da cidade. Sua ligação com o poder público de Itabuna e com o chefe dos Amados contribuiu para sua posição de destaque no cenário político local. Pelo memorialista Gonçalves soubemos também que o acusado ocupou o cargo de sub-delegado do município de Itabuna entre 1912 e 1914 e que ele também possuía uma casa de negócio “muito concorrida pelo povo das matas [...] as rixas daquela gente eram apaziguadas nessa sua casa de negócios.” (GONÇALVES, 1960: p.100). Há informações também de que Sizenando Jesuíno dos Santos era o responsável pelo gerenciamento das fazendas da família Amado existente na região (COSTA,1995).

Outras informações sobre Sizenando Jesuíno estão presentes ainda nos documentos produzidos pelo Ministério Público. De acordo com o promotor Boaventura Caldas, o acusado era “amparado por uma das facções políticas deste município, a quem ele serve com dedicação incondicional, e a quem, se diz, tem prestado serviços relevantes como ‘excelente’ cabo eleitoral.”⁴ Nos registros da memória local foram possível encontrar um pouco dos “serviços relevantes” prestados pelo acusado, quando em 1912, junto com Gileno Amado, Sizenando Jesuíno tomou a Intendência de Itabuna dando tiros na praça Olinto Leone (GONCALVES, Op. Cit.: p.51).

Foi a partir das informações cedidas pelas testemunhas que o delegado ficou sabendo das motivações do incidente nas proximidades da estação de trem de Itabuna. José Rufino de

² Idem. Depoimento da testemunha José Rufino de Souza. Itabuna, 10 de junho de 1927. Depoimento da testemunha José Alves Franco, Itabuna, 11 de junho de 1927.

³ Idem. Depoimento da testemunha José Galdino Filho, Itabuna, 14 de junho de 1927. Depoimento de José Alves Franco, Itabuna, 20 de dezembro de 1928.

⁴ CEDOC/UESC. Processo Crime contra Sizenando Jesuíno de Oliveira. Relatório do Ministério Público ao Egrégio Tribunal. Itabuna, 17 de outubro de 1930. p.12.

Souza ofereceu algumas indicações sobre a motivação do assassinato de seu amigo. Dizia “ter havido uma desinteligência há cerca de um mês mais ou menos entre José Máximo de Oliveira e Sizenando Jesuíno de Oliveira por questões de frete.”⁵ José Alves Franco, dono do quiosque onde os personagens principais se encontraram antes dos tiros, foi quem melhor deu detalhes acerca do desentendimento. Segundo este último, as origens das diferenças entre o denunciado e a vítima estavam ligadas a uma ocasião em que

*Sizenando Jesuíno de Oliveira mandara José Máximo buscar dois volumes na casa de João Félix para a sua casa comercial e que Sizenando lhe dera por esse trabalho seiscentos réis ao que José Máximo não aceitou, jogando-os no balcão por só querer receber um mil réis; que em vista disso Sizenando puxou-o pelo braço, tendo ele avançado contra o denunciado, derrubando-o e dando-lhe uma forte pancada, que por esse motivo ficaram desde esse dia rixados.*⁶

A versão da origem do desentendimento envolvendo o acusado e a vítima foi também confirmada pela testemunha Lucas Mangabeira. Ele disse que “ouviu dizer ter havido entre Sizenando e José Máximo por questões de carroto forte altercação, vindo daí, gerar-se uma rixa entre ambos.”⁷ As diferenças envolvendo os personagens deste processo crime tiveram causa nas relações de trabalho existentes em Itabuna. Ao ter recusado o pagamento de seiscentos réis, José Máximo e Sizenando Jesuíno entraram luta corporal, gerando mais tarde provocações de ambos os lados até o dia do assassinato do carroceiro.

A utilização do trabalho dos carroceiros na zona urbana de Itabuna parecia ser muito freqüente durante boa parte do século XX. Os memorialistas informam que eram os carroceiros e os condutores de animais que faziam o transporte de mercadorias e do cacau das regiões mais distantes até o centro de Itabuna. Isto é o que diz Gonçalves, ao afirmar que muito da produção da região era escoada com o auxílio de animais nas estradas locais (GONÇALVES, Op. Cit.). Outra evidência da quantidade de carroças na cidade era a preocupação por parte do poder público local com o controle do trânsito e das licenças concedidas aos carroceiros. Frequentemente a guarda municipal advertia estes trabalhadores contra a prática de amarrar os seus animais nos postes de iluminação ou de estacionar suas carroças em cima das calçadas.⁸ Esses elementos sugerem que, apesar dos automóveis e da estrada de ferro Ilhéus-Conquista já presentes na cidade, a região ainda dependia dos serviços destes trabalhadores.

⁵ CEDOC/UESC. Processo Crime contra Sizenando Jesuíno de Oliveira. Depoimento da testemunha José Rufino de Souza, Itabuna, 10 de junho de 1927.

⁶ Idem. Depoimento da testemunha José Alves Franco, Itabuna, 11 de junho de 1927.

⁷ Idem. Depoimento da testemunha Lucas Mangabeira 14 de junho de 1927.

⁸ APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*. 10 de junho de 1933, Ano III, n.º 112. p.6.

Apesar da presença no cenário urbano de Itabuna, parte dos indivíduos que trabalhavam com frete de produtos era proveniente dos setores mais empobrecidos da cidade. Quase sempre era parte dos migrantes que chegaram à região sul da Bahia, especialmente para o município de Itabuna, nas primeiras décadas do século XX (FRAGA FILHO, 2006; SANTOS, 1996: p.32; CARVALHO: 2009: pp.33-35).⁹ Muitas vezes sem trabalho na lavoura de cacau, estes indivíduos possivelmente cumpriam funções de ganho no comércio local, como foi o caso do próprio José Máximo (vindo da região de Jaguaquara) e de seus companheiros Antonio Nery (vindo de Muritiba) e de José Rufino (original de Minas do Rio de Contas), todos trabalhando como carroceiro em Itabuna.¹⁰

Apesar de depender das atividades destes trabalhadores, parecia ser comum a preocupação das elites com a atuação destes profissionais na cidade. Isso acontecia tanto através da fiscalização de suas atividades, como através de denúncias nos jornais locais, onde as diferenças sociais davam origem aos estigmas e aos preconceitos contra estes setores. Vale lembrar ainda que atuar como carroceiro era fazer atividade que estava no plano da informalidade, tendo em vista que não havia garantias ou direitos para as pessoas que desenvolviam esse trabalho.

O episódio envolvendo José Máximo e Sizenando Jesuíno parece ser uma evidência das difíceis relações entre os trabalhadores e patrões no sul da Bahia. A relação de conflito entre ambos sugere que, apesar da ligação do setor comercial com as facções políticas locais e com o poder público, não existia uma passividade dos “de baixo” diante das imposições que lhe eram colocadas. Eis que a motivação do assassinato cometido por Sizenando Jesuíno foi uma rixa originada da insubordinação do carroceiro diante do pagamento realizado pelo seu trabalho.

A insatisfação com o valor atribuído à sua força de trabalho gerou a reação de José Máximo contra seu pagador. Casos como o que envolveu estes personagens, que ocupavam posições diferentes na sociedade cacauzeira, nos fazem sugerir que não foi tão fácil submeter os trabalhadores a uma condição de passividade. Apesar de não ter sido pago como esperava, José Máximo parece ter desafiado às diferenças sociais que lhe separavam de seu desafeto para exercer sua insatisfação com o pagamento de seu trabalho quando, segundo a testemunha Ernesto Oliveira, a vítima propalava ter batido em Sizenando por não lhe ter pago o que era

⁹ Para dados estatísticos acerca do aumento populacional no sul da Bahia, ver SANTOS (1996: p.32). Sobre a vinda de populações ex-cativas para a região sul ver FRAGA FILHO (2006). Sobre informações sobre a chegada de migrantes em Itabuna, ver CARVALHO (2009: pp.33-35).

¹⁰ CEDOC/UESC. Processo Crime contra Sizenando Jesuíno de Oliveira. Informações recolhidas na identificação das testemunhas durante o inquérito policial.

devido.¹¹ No entanto, para as pessoas que consumiam os serviços oferecidos pelos trabalhadores de ganho, o comportamento de José Máximo possivelmente fosse considerado um ato de desordem, já que o carroceiro teria rompido com os laços de submissão existentes nas relações de trabalho. Não por acaso, o advogado do acusado, Coronel Laudelino Lórens (ex-intendente de Itabuna e membro da facção política de Gileno Amado), insinuou em seu relatório de defesa o comportamento “fanfarrão, audacioso e valente” da vítima e que este andava “frequentemente com ares agressivos, arrastando, acintosamente a taca própria de sua profissão”.¹² Ultrapassar os limites da condição de submissão imposta na relação de trabalho envolvendo o carroceiro e o seu contratante foi possivelmente a saída que o defensor do acusado encontrou para julgar seu diferente, negando a conduta de José Máximo de forma estereotipada.

Para Certeau (1995: p.33), a noção de “violência nasce, inicialmente, de uma rebelião contra as instituições e as representações que se tornaram ‘não-críveis’.” Isto quer dizer que consideramos violento tudo que se evidencia contrário às normas e às condições dispostas pela ordem estabelecida. Ao afirmar que José Máximo lhe dirigiu insultos e provocações antes de seu assassinato, o advogado representou no plano da violência o enfrentamento que o carroceiro impôs a Sizenando Jesuíno, ou seja, a não-passividade do trabalhador de sua insatisfação com o valor de seu trabalho. Possivelmente foi essa reação imediata e impetuosa do trabalhador em relação ao seu contratante que levou ao assassinato do primeiro. Na condição de consumidor e de pagador dos serviços do carroceiro, Sizenando Jesuíno deveria exercer o papel de patrão ao condicionar o valor do trabalho, fato que não ocorreu diante da insatisfação do trabalhador. A frustração de não conseguir aplicar uma relação de subordinação e de se submeter à reação de um trabalhador se torna mais emblemática na medida em que sabemos da ligação de Sizenando Jesuíno de Oliveira com o coronelato local.

Como foi dito, sendo membro de uma das facções políticas dominantes do sul da Bahia, o acusado provavelmente não aceitaria a reação e a insatisfação de uma pessoa que ocupasse uma posição socialmente inferior à dele. Impressão semelhante parecia ser a do promotor Boaventura Moreira Caldas, que em seu libelo de acusação, argumentou que “o acusado [...] sentiu-se humilhado e diminuído nos seus créditos de valente, pela resistência

¹¹ Idem. Depoimento da testemunha Ernesto Oliveira. Itabuna, 14 de junho de 1927.

¹² Idem. Libelo de defesa de Sizenando Jesuíno de Oliveira produzido por Cel. Laudelino Lórens. Itabuna, 18 de setembro de 1930.

que lhe opôs a vítima não se deixando espancar, [...] procurando uma oportunidade para a desforra.”¹³

O incidente entre José Máximo e Sizenando Jesuíno se torna instigante na medida em que pode nos trazer algumas importantes reflexões acerca das relações entre trabalhadores e patrões durante a Primeira República no sul da Bahia. Entre as questões, podemos pensar até que ponto os “de baixo” não criavam uma relação de forças contrárias aos indivíduos ligados às facções políticas dirigidas pelos coronéis; de que forma o fenômeno do coronelismo repercutiu entre os sujeitos mais pobres; e em que medida os “de cima” dependiam das condições impostas pelos trabalhadores para manter sua dominação ou garantir sua sustentação nas instituições de poder. Esses e outros problemas fazem parte de uma inquietação teórica quanto ao caráter do coronelismo no sul da Bahia entre os anos de 1915-1930.

Rediscutindo o coronelismo a partir “de baixo”: banditismo, roubo de cacau e resistência.

Em artigo publicado no ano de 1997, José Murilo de Carvalho (1997: p.1) afirmava que as pesquisas históricas sobre o fenômeno do coronelismo no Brasil tinham um “rendimento decrescente porque as idéias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais. Nesses momentos convém parar para revisão”. Para o historiador mineiro, as pesquisas que tem como tema o coronelismo parecem ter chegado a um momento de saturação. Durante muito tempo, a historiografia sobre este fenômeno se dedicou a precisar as estruturas do poder local em relação ao poder nacional na Primeira República. Sobretudo, as pesquisas apenas definiam os aparatos políticos que deram sustentação a política de dominação imposta pela classe dominante nas diversas regiões para o país. Com esse horizonte, Victor Nunes Leal, um dos expoentes da historiografia brasileira, conceituou “coronelismo”: “Chegamos, assim, ao ponto que nos parece nuclear para conceituação do ‘coronelismo’: este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido.” (LEAL, 1975: p.253).

Para Eul-Soo Pang (1979: p.20), o coronelismo podia ser considerado um “exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições

¹³ CEDOC/UESC. Processo Crime contra Sizenando Jesuíno de Oliveira. Libelo de acusação ao réu feito por Boaventura Moreira Caldas, Itabuna, 17 de outubro de 1930.

sociais, econômicas e políticas.” Segundo o autor, essas condições advinham de uma ordem política instável, em que parte considerável do poder político se concentrava nas mãos das oligarquias tradicionais dos coronéis ou facções políticas de caráter personalista existentes no interior de cada estado da federação. Com isso, a preocupação mais latente de Pang era notar o autoritarismo e o conservadorismo que tomaram forma na estrutura política brasileira da Primeira República (PANG, Op. Cit: pp.9-11). No entanto, na medida em que criticava tal engenharia política, o historiador brasilianista ressaltava o poder e o caráter de controle da classe dominante sobre os trabalhadores, dando a impressão de que estes últimos se mostravam passivos e conformados diante da força política da primeira.

No bojo da historiografia que se dedicou a estudar o coronelismo surge também Raymundo Faoro. Defendendo a visão histórica de que o Brasil foi o resultado de um Estado patrimonialista cuja burocracia teria emperrado o desenvolvimento do país, Faoro defende que os coronéis são parte de um sistema político em que, junto com a troca de favores com os governadores de cada estado, representa o domínio do poder público a partir dos interesses no campo do privado. (FAORO, 1975: p.253). De modo semelhante aos autores anteriores, o intelectual gaúcho sugere que a força política dos coronéis submetia os trabalhadores à passividade e ao conformismo, afirmando que são eles que “conduzem magotes de eleitores como quem toca uma tropa de burros” (IDEM, Ibidem: p.632). Colocações deste tipo desconsideram qualquer possibilidade de pressão social das camadas populares, de dependência dos coronéis da ação dos “de baixo” ou de insubordinação por parte dos trabalhadores.

A intensidade com que a historiografia brasileira propagou a força do coronelato sobre a estrutura política do país parece ter orientado uma boa parte dos historiadores que pesquisaram o coronelismo nas diversas regiões do Brasil. A noção de que, de um lado, estava a expressão política dos chefes locais, assegurando o controle dos votos e garantindo o resultado das eleições nos pequenos redutos populacionais; e, de outro, o estado controlando e distribuindo empregos e cargos públicos para os seus correligionários; fez com que os historiadores vissem por um bom tempo apenas a pressão que se fazia de cima para baixo, isto é, a passividade, o conformismo e a aceitação principalmente dos trabalhadores rurais as determinações impostas a eles. Não por acaso, Leal afirmava que

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo paria tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que

presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabrestos, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural. (LEAL, Op.Cit: p. 25)

Diante das condições precárias de educação e de assistência social, Leal possuía uma visão bastante pessimista em relação à luta por direitos entre os trabalhadores, especialmente o de origem rural. Para o autor, os trabalhadores do interior do Brasil estavam submetidos a uma condição de pobreza e de fraqueza proveniente de um sistema econômico predominantemente rural que facilitava o controle das camadas populares e a hegemonia da classe dominante no setor político e econômico da sociedade. Deste ponto de vista, as perspectivas de conflitos e de tensões entre trabalhadores e patrões seriam poucas.

Apesar dos autores anteriores terem apontados com veemência e vigor a força dos coronéis na política local, as fontes encontradas nos arquivos parecem nos dar evidências de que as relações de forças sociais eram acirradas e conflituosas entre trabalhadores e patrões. Como vimos anteriormente, o incidente envolvendo José Máximo e Sizenando Jesuíno de Oliveira foi motivado pelas tensas e conflituosas relações em torno de um carroceiro e um comerciante com forte participação na facção política dominante de Itabuna. Porém, isso é apenas uma indicação breve do grau de insubordinação dos “de baixo” com relação aos coronéis e aos membros do coronelato. Talvez seja interessante pensar como que estes trabalhadores conseguiam garantir alguns costumes e direitos nas franjas do coronelismo, ou, também, até que ponto os coronéis não dependiam das ações destes para sustentar sua posição de controle.

Algumas notícias localizadas entre os memorialistas dão conta das dificuldades com que os chefes locais tinham para controlar a ação de grupos de jagunços que atuavam nas localidades do sul da Bahia. Vejamos o caso de um grupo intitulado Cauassús. Segundo João da Silva Campos, os Cauassús eram um grupo de “bandidos” proveniente do município de Jequié que chegou a região a partir do ano de 1917. De acordo com o autor, eles passaram por Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), Itabuna e Ilhéus, onde no distrito de Sequeiro do Espinho, extorquiram “dinheiro, empreitando crimes, incendiando e saqueando habitações, casas de comércio e a estação da via férrea.” (CAMPOS SILVA, 2006: p.542

No entanto, apesar do apoio de parte da classe dominante local, temos notícias também de que os Cauassús, por vezes, saíram do controle de seus patrocinadores. Por exemplo, possivelmente em 6 de fevereiro de 1918, Itabuna foi tomada por mais um ataque daquele grupo, onde vários tiros foram efetuados e o comércio obrigado a amanhecer com as portas fechadas em razão da possibilidade de saque. Diz Silva Campos que era “inútil dizer-se

do alarme da população, temendo a continuação da investida, e as depredações e insultos que se seguiriam à vitória dos bandidos. O quartel do Tiro de Guerra foi o ponto mais alvejado e também o fulcro da resistência da cidade.” (IDEM, *Ibidem*: p.560) Outra evidência a ser melhor investigada é o fato da Associação Comercial de Ilhéus ter enviado uma correspondência ao governo do estado para “tratar do estado anormal da ordem pública no município de Ilhéus, especialmente na zona do Sequeiro de Espinho grandemente prejudicada pelo banditismo.” (IDEM, *Ibidem*: p.552) Elementos como estes nos levam a sugerir algumas questões, como, por exemplo, de que maneira os coronéis dependiam da ação de grupos subalternos para sustentar sua posição de mando? Até que ponto, mesmo sendo patrocinadas por coronéis, estes indivíduos não fugiram ao controle dos seus patrões? Essas perguntas ainda carecem de uma investigação mais profunda para elucidar os diferentes interesses em jogo envolvendo patrões e trabalhadores.

Nas fontes dos arquivos municipais e do poder judiciário localizadas no sul da Bahia identificamos alguns documentos que dão notícias sobre roubo de cacau às propriedades de coronéis, desordens nas fazendas de cacau e assassinato de patrões por trabalhadores. Por exemplo, Ciridião Gomes dos Santos, José Gonçalves dos Santos e Idalício Sacramento foram acusados no ano de 1931 de terem roubado diversas arrobas de cacau da propriedade do coronel Manoel Misael da Silva Tavares, conhecido também por “Rei do Cacau” em razão da riqueza concentrada na sua mão.¹⁴ Além dessa informação, os jornais de Ilhéus publicavam algumas desordens em 1917, como a que ocorreu em Rio do Braço, distrito daquele município. Foi assim que o *Jornal de Ilhéus*, órgão do PRD local, solicitava providências dos patrões contra a “saída de seus trabalhadores para provocar desordens e cometer atentados nos arraiaes”.¹⁵

Essas e outras fontes encontradas nos permitem rever em que medida os trabalhadores criavam uma relação de atrito com os patrões, ou de que maneira estes últimos dependiam dos “de baixo” para exercer seu controle. Cabe ainda refletir de que forma estes trabalhadores conseguiram fugir às imposições da classe dominante do sul da Bahia, conseguindo atuar nas franjas de uma sociedade que era administrada por coronéis e que buscava, sobretudo, impor uma cultura de subordinação aos mais pobres. Talvez, preocupados em afirmar seu poder no plano político e econômico, os coronéis tenham sido afrontados no plano da insubordinação cultural pelos seus trabalhadores.

¹⁴ CEDOC/UESC. Processo-crime contra Ciridião Gomes dos Santos, José Gonçalves dos Santos e Idalício Sacramento. Itabuna, 15 de setembro de 1932.

¹⁵ APMIJM. *Jornal de Ilhéus*, 15 de abril de 1917, Ano VI, n.º 248. p.1.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual. In: Revista *Dados*, vol. 40, n.º 2, Rio de Janeiro, 1997. p.1. Versão disponível em www.scielo.br/scielo.php?sci=arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nr_m=iso , 18 de junho de 2009.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, SP: Papirus, 1995.

COSTA, José Pereira da. *Terra, suor e sangue*. Lembranças do Passado. História da região cacauera. Salvador: EGBA, 1995.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro*. 4ª Ed. Porto Alegre, RS: Editora Globo, 1977.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*: Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006

GONÇALVES, Oscar R. *O jequitibá da Taboca*. 1ª Edição. Itabuna: Oficinas gráficas do estado da Bahia, 1960. p.100.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias. 1889-1934*. A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA CAMPOS, João da. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª Ed. Ilhéus, Ba: Editus, 2006.